

Disputa embolada

A inesperada atitude do PMDB de disputar a presidência do Senado abriu nova crise política dentro da base parlamentar do governo. O presidente Fernando Henrique, que precisa ter seus aliados unidos em torno da emenda da reeleição, está diante de um sólido *abacaxi*.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) era tido como virtual sucessor de José Sarney (PMDB-AP), que o apoiava. Tudo parecia perfeitamente arranjado: o PMDB passaria o cetro ao PFL no Senado e o receberia do mesmo PFL na Câmara, dentro de irretocável coreografia.

Em política, porém, o jogo das ambições nem sempre (quase nunca) é administrável, sobretudo num contexto em que inexiste fidelidade partidária. Eis então que os aliados de Sarney, Jader Barbalho à frente, decidem disputar o espaço, invocando a condição de bancada majoritária no Senado. Na Câmara, a expectativa de acordo em torno de um peemedebista já estava igualmente sob contestação. O pefelis-

ta Inocêncio Oliveira (PE) já está em campanha.

O quadro, em função disso, está embolado. O presidente está empenhado em influir no processo, até porque, nos termos da Constituição em vigor, é obrigado a governar em parceria com o Congresso. Sabe, porém, que não poderá ser explícito nas suas preferências, sob pena de queimarse com os que vier a preterir. Ele precisa de cada um dos votos aliados para aprovar a reeleição. Daí por que pisa em ovos.

A presença de um adversário ou de alguém não confiável à frente de uma das duas Casas do Legislativo pode atrapalhar profundamente os planos presidenciais, sobretudo quando se sabe que o carro-chefe do governo são as reformas — e, dentre elas, a emenda da reeleição.

O presidente Fernando Henrique já teve a oportunidade de confessar reiteradas vezes sua admiração pelo que chama de profissionalismo do PFL. Já teve também a oportunidade de criticar a falta de objetividade e visão nega-

tivista dos intelectuais, que ocupam espaços importantes em seu partido, o PSDB. Jamais chegou a emitir elogios ou críticas ao PMDB, não ao menos em seu governo.

O motivo é simples: há vários PMDBs, o que torna as negociações problemáticas. O PFL é fisiológico, mas é disciplinado. Fechado o acordo, o partido cumpre sua parte, cuidando de aplacar as eventuais contrariedades internas. O PMDB, não: a cúpula não tem o controle da base e cada facção age com autonomia absoluta. O rompimento do acordo no Senado ilustra bem isso.

Para o governo, a solução mais conveniente é a que estava inicialmente prevista: ACM para a presidência do Senado, e Michel Temer, líder do PMDB, para a da Câmara. Luís Eduardo, filho de ACM e atual presidente da Câmara, trabalha nessa direção. A negociação é complexa e os apetites são consideráveis. O que está em curso é apenas um preâmbulo da reeleição. Um caríssimo preâmbulo, diga-se.